

**TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A**

Companhia aberta  
CGC N.º 02.107.946/0001-87  
NIRE N.º 33MI I30016601-7

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 2003.**

- I. **DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLÉIA:** Às 9:00 horas do dia 4 de agosto de 2003, na sede social da Companhia, à Praia de Botafogo n.º 300, 11.º andar, sala 1101 (parte), Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
- II. **QUORUM:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, estando, portanto, regularmente instalada a Assembléia, nos termos do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76.
- III. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação de edital de convocação de conformidade com o Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76.
- IV. **MESA:** Presidente: Sr. Fersen Lamas Lambranco  
Secretário: Sr. Sérgio Bernstein
- V. **ORDEM DO DIA:** (A) Conversão das ações preferenciais das classes A e B em ações ordinárias da Companhia, conforme determina o § 2º do artigo 7º do Estatuto Social; (B) Alteração do Estatuto Social de modo a transferir a competência sobre determinadas matérias do âmbito do Conselho de Administração para a Assembléia Geral; e (C) Consolidação do Estatuto Social.
- VI. **DELIBERAÇÕES:** Após discussão e votação, os acionistas presentes titulares de ações com direito a voto, com abstenção do acionista Lexpart Participações S/A em obediência ao Ato n.º 11.739/2000 da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, decidiram por unanimidade:
- (A) Proceer à conversão da totalidade das ações preferenciais das classes A e B em ações ordinárias da Companhia, conforme determina o § 2º do artigo 7º do Estatuto Social, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial convertida, sendo, portanto, convertidas 301.237.073 ações preferenciais classe A e 1.415.213.487 ações preferenciais classe B em 1.716.450.560 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, atribuídas aos acionistas na proporção das ações preferenciais que estes detinham.
- (B) Suprimir, face à deliberação tomada no item anterior, o artigo 7º do Estatuto Social, renumerando os artigos subsequentes.
- (C) Alterar o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 5º - O capital social da Companhia subscrito e devidamente integralizado é de R\$ 3.385.466.164,00 (três bilhões, trezentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil e cento e sessenta e quatro reais), e é dividido em 3.432.901.120 (três bilhões, quatrocentos e trinta e dois milhões, novecentas e uma mil, cento e vinte) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”
- (D) Alterar o Estatuto Social de modo a transferir, do âmbito do Conselho de Administração para a Assembléia Geral dos Acionistas da Companhia, a competência para a aprovação das seguintes matérias: (i) criação de subsidiárias da Companhia; e (ii) aquisição de controle de outras sociedades.

**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Realizada em 4 de agosto de 2003

**TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A**

Companhia aberta  
CGC N.º 02.107.946/0001-87  
NIRE N.º 33MI 130016601-7

Para tanto, os acionistas decidiram: (a) alterar os incisos ~~XII e XIII~~ do artigo 18 do Estatuto Social (antigo artigo 19 do Estatuto Social), que passam a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 18 – Compete ao Conselho de Administração: (...) XII. aumento de participação em sociedades controladas ou coligadas no país ou no exterior; XIII. autorizar associações e celebração de acordos de acionistas. (...)"; e (b) acrescentar os incisos XIX e XX ao artigo 12 do Estatuto Social (antigo artigo 13 do Estatuto Social), com a seguinte redação: "Artigo 12 – Compete privativamente à Assembléia Geral deliberar sobre as seguintes matérias: (...) XIX. deliberar sobre a criação de qualquer subsidiária; XX. deliberar sobre a aquisição de controle ou participação em outras sociedades."

- (E) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I à presente Ata."

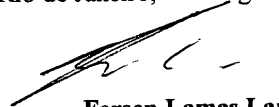
**VII. DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** Fica arquivado na Companhia o Estatuto Social consolidado (Anexo I).

**VIII. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a Assembléia, tendo-se antes feito lavrar a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos acionistas presentes que, finalmente, autorizaram sua publicação com omissão das assinaturas.



**IX. ACIONISTAS PRESENTES:** BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR; FIAGO PARTICIPAÇÕES S.A.; LEXPART PARTICIPAÇÕES S.A.; AG TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.; ASSECA PARTICIPAÇÕES S.A.; L.F. TEL S.A.; BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.; BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS; CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI; SÉRGIO BERNSTEIN; CELSO FERNANDEZ QUINTELLA; SÉRGIO LINS ANDRADE; FERSEN LAMAS LAMBRANHO; CARLOS ALBERTO DA VEIGA SICUPIRA; JOÃO CARLOS DE COUTO RAMOS CAVALCANTI; MAURÍCIO BORGES LEMOS; ROBERTO ZURLI MACHADO; LUIZ EDUARDO FRANCO DE ABREU e ELOIR COGLIATTI.

A presente é cópia fiel da Ata Sumária da Assembléia Geral Extraordinária da TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A, realizada em 04 de agosto de 2003, lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2003.

  
**Fersen Lamas Lambranh**  
Presidente

  
**Sérgio Bernstein**  
Secretário

	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: TELEMAR PARTICIPACOES S/A	
Nire: 33.3.0016601-7	
Protocolo: 00-2003/105526-S - 14/08/2003	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/08/2003. E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.	
00001340571	
DATA: 15/08/2003	Valéria G.M. Serra SECRETÁRIA GERAL

**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
Realizada em 4 de agosto de 2003

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 2003**

**ANEXO 1**

15 08 03  
JUCERJA

**TELEMAR PARTICIPAÇÕES S/A**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I  
DENOMINAÇÃO, FINS, SEDE E DURAÇÃO**

**ARTIGO 1º**

A TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A. é uma sociedade anônima, que se regerá pelo presente Estatuto Social e disposições legais aplicáveis.

**ARTIGO 2º**

A Companhia tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital social da sociedade TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A., podendo inclusive prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades no país ou no exterior.”

**ARTIGO 3º**

A Companhia tem sede na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, sendo-lhe facultada, a critério do Conselho de Administração, abrir outros estabelecimentos, tais como filiais, agências, sucursais, escritórios em qualquer localidade do país ou do exterior, independentemente de autorização da Assembléia Geral.

**ARTIGO 4º**

O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II  
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

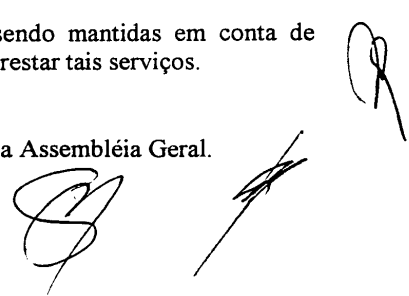
**ARTIGO 5º**

O capital social da Companhia subscrito e devidamente integralizado é de R\$ 3.385.466.164,00 (três bilhões, trezentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil e cento e sessenta e quatro reais), e é dividido em 3.432.901.120 (três bilhões, quatrocentos e trinta e dois milhões, novecentas e uma mil, cento e vinte) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

**Parágrafo Único:** As ações da Companhia são escriturais, sendo mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, em instituição habilitada a prestar tais serviços.

**ARTIGO 6º**

A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembléia Geral.



**CAPÍTULO III**  
**SEÇÃO I**  
**DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS**

15 00 03

**ARTIGO 7º**

A Assembléia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia.

15 00 03

**ARTIGO 8º**

A Assembléia Geral dos Acionistas, nos termos da lei, reunir-se-á:

- (a) Ordinariamente: dentro dos quatro primeiros meses, depois e findo o exercício social, para:
  - (i) tomar as contas dos administradores, discutir e votar as demonstrações financeiras;
  - (ii) eleger o Conselho de Administração nas épocas próprias e o Conselho Fiscal, quando for o caso; e
  - (iii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e a distribuição de dividendos, quando for o caso; fixar a remuneração dos administradores.
- (b) Extraordinariamente: sempre que, mediante convocação legal, os interesses sociais aconselharem ou exigirem o pronunciamento dos acionistas.

**ARTIGO 9º**

A Assembléia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, cabendo ao seu Presidente consubstanciar o respectivo ato, ou na forma prevista no Parágrafo Único do art. 123 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976.

**ARTIGO 10**

A Assembléia Geral será instalada pelo Diretor Presidente da Companhia, que procederá à eleição da mesa Diretora, composta de um presidente e um secretário, escolhidos dentre os acionistas presentes.

**ARTIGO 11**

Dos trabalhos e deliberações da Assembléia Geral será lavrada ata, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas.

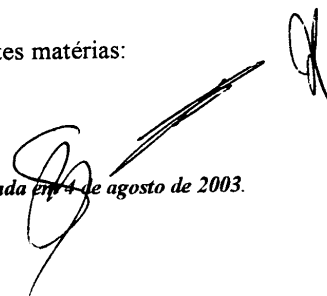
- §1º A ata será lavrada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidências e protestos.
- § 2º Salvo deliberações em contrário da Assembléia, as atas serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

**ARTIGO 12**

Compete privativamente à Assembléia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- I. reformar o Estatuto Social;

*Telemar Participações S/A - ANEXO 1 da AGE realizada em 4 de agosto de 2003.*



- II. autorizar a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações ou vendê-las, se em tesouraria, bem como autorizar a venda de debêntures conversíveis em ações de sua titularidade de emissão de empresas controladas;
- III. deliberar sobre a redução do dividendo mínimo obrigatório;
- IV. deliberar sobre a participação em grupo de sociedades;
- V. deliberar sobre a emissão de quaisquer valores mobiliários;
- VI. deliberar sobre proposta de distribuição de dividendos ou de pagamento de juros sobre o capital que seja inferior ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76;
- VII. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- VIII. deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- IX. suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou pelo Estatuto;
- X. eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração, bem como deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal, elegendo seus membros e suplentes;
- XI. fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando em funcionamento;
- XII. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- XIII. deliberar sobre promoção de ação de responsabilidade civil a ser movida pela Companhia contra os administradores, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio, na conformidade do disposto no art. 159 da Lei nº 6.404/76;
- XIV. autorizar a alienação, no todo ou em parte, das ações de sua propriedade de emissão das sociedades controladas;
- XV. deliberar sobre o aumento do capital social;
- XVI. autorizar a renúncia a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas;
- XVII. deliberar sobre a criação de ações preferenciais ou aumento de classe existente, sem guardar proporção com as demais espécies e classes;
- XVIII. deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais ou criação de nova classe mais favorecida.
- XIX. deliberar sobre a criação de qualquer subsidiária;
- XX. deliberar sobre a aquisição de controle e de participação em outras sociedades.

## SEÇÃO II

### A ADMINISTRAÇÃO

#### **ARTIGO 13**

A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social, estando os seus membros dispensados de prestar caução para exercer suas funções.

*Telemar Participações S/A - ANEXO 1 da AGE realizada em 4 de agosto de 2003.*



- §1º - O Conselho de Administração, órgão colegiado de deliberação, exercerá a administração superior da Companhia.
- §2º - A Diretoria é órgão executivo de administração da Companhia, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência.
- §3º - As atribuições e poderes conferidos por lei a cada um dos órgãos de administração não podem ser outorgados a outro órgão.

TELEMAR

### SEÇÃO III DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### **ARTIGO 14**

O Conselho de Administração será composto de até 9 (nove) membros e igual número de suplentes, acionistas, com a denominação de Conselheiros, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos.

#### **Parágrafo Único**

Findo o mandato, os Conselheiros permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos administradores que os substituíam, nos termos da lei e deste Estatuto.

#### **ARTIGO 15**

O Conselho de Administração terá, escolhidos entre seus membros um Presidente, que convocará e presidirá suas reuniões.

#### **ARTIGO 16**

No caso de vacância no cargo de Conselheiro, inclusive do Presidente, o seu respectivo suplente assumirá o cargo em complementação do mandato do Conselheiro substituído.

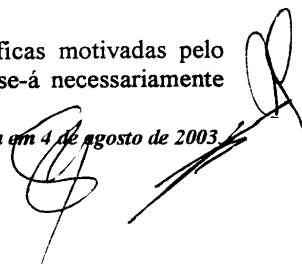
- § 1º. Em suas ausências ou impedimentos temporários, o Conselheiro será substituído por seu suplente, especificamente para cada reunião. Nas hipóteses de ausências ou impedimentos temporários do Presidente, este será substituído pelo seu suplente nas reuniões respectivas, sendo que a Presidência do Conselho de Administração será assumida interinamente por um dos Conselheiro efetivos indicados pelo próprio Presidente.
- § 2º. Em caso de vacância no cargo de Conselheiro e, na falta de seu suplente para cumprir o tempo remanescente do mandato, os seus substitutos serão nomeados pelos demais Conselheiros até a primeira Assembléia Geral que realizar-se, na forma da lei.

#### **ARTIGO 17**

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente, e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer membro do Conselho.

- § 1º. As reuniões extraordinárias do Conselho deverão ser convocadas por escrito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, devendo a convocação conter a ordem do dia e as matérias a serem deliberadas na respectiva reunião. Não obstante esta disposição, considerar-se-á regular a reunião do Conselho de Administração a que comparecerem todos os seus membros.
- § 2º. Sem prejuízo da realização de reuniões extraordinárias específicas motivadas pelo interesse da Companhia, o Conselho de Administração reunir-se-á necessariamente

*Telemar Participações S/A - ANEXO 1 da AGE realizada em 4 de agosto de 2003*



antes das assembléias gerais da TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A. e de suas controladas, para definir o voto a ser proferido nas referidas assembléias.

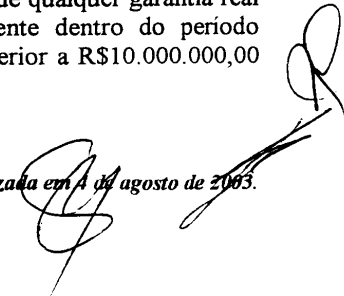
- § 3º. O quorum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será a maioria dos membros em exercício.
- § 4º. O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos dos presentes.
- § 5º. A Ata da Reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir, designar ou fixar as atribuições dos Diretores deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e publicada em órgão da imprensa local, adotando-se idêntico procedimento para atos de outra natureza, quando o Conselho de Administração julgar conveniente.

### **ARTIGO 18**

Compete ao Conselho de Administração:

- I. fixar a política geral dos negócios da Companhia e acompanhar sua execução;
- II. convocar a Assembléia Geral;
- III. aprovar e submeter à Assembléia Geral as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração da Companhia, neles incluídas as demonstrações consolidadas;
- IV. eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições legais e estatutárias;
- V. fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia, examinar, a qualquer tempo, os livros da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos;
- VI. escolher e destituir os auditores independentes;
- VII. aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração;
- VIII. estabelecer a localização da sede da Companhia, bem como criar e extinguir filiais, agências e sucursais, escritórios, departamentos e representações em qualquer ponto do território nacional e no exterior;
- IX. orientar os votos a serem proferidos pelo representante da Companhia nas assembléias gerais da TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.;
- X. submeter à Assembléia Geral o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício;
- XI. autorizar a alienação dos bens imóveis da Companhia;
- XII. aumento de participação em sociedades controladas ou coligadas no país ou no exterior;
- XIII. autorizar associações e celebração de acordos de acionistas;
- XIV. autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- XV. aprovar investimentos que excederem R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), quando não previstos no orçamento anual da Companhia;
- XVI. aprovar qualquer empréstimo, financiamento ou a concessão de qualquer garantia real ou fidejussória pela Companhia, isolada ou cumulativamente dentro do período compreendido pelo orçamento então em vigor, em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

*Telemar Participações S/A - ANEXO 1 da AGE realizada em 4 de agosto de 2003.*



- XVII. autorizar a assinatura de contratos de qualquer natureza, inclusive transações e renúncias de direitos, que impliquem obrigações para a Companhia ou representem valores em montante superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), que não estejam previstos no orçamento da Companhia;
- XVIII. autorizar a Diretoria a adquirir, alienar e constituir ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre os bens do ativo permanente da Companhia, em valores que representem responsabilidade igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), que não estejam previstos no orçamento anual da Companhia;
- XIX. propor os critérios de remuneração dos administradores da Companhia e dos administradores e membros do Conselho Fiscal de TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.;
- XX. autorizar a prestação de garantias pela Companhia em favor das empresas controladas;
- XXI. aprovar qualquer matéria relativa aos fundos de previdência complementar patrocinados pelas sociedades controladas pela TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.;
- XXII. aprovação e alteração do orçamento anual da Companhia e das metas e estratégias de negócios previstos para o período subsequente; e
- XXIII. desempenhar quaisquer outras funções ou deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não sejam da competência da Assembleia Geral, tal como definido no presente Estatuto e expressamente na Lei nº 6.404/76.

#### **SEÇÃO IV DO COMITÊ EXECUTIVO**

##### **ARTIGO 19**

O Conselho de Administração instalará um Comitê Executivo, composto de até 9 (nove) membros efetivos e igual número de suplentes, todos integrantes do Conselho de Administração da Companhia.

##### **ARTIGO 20**

O Comitê Executivo manifestar-se-á previamente e assessorará o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias de sua competência.

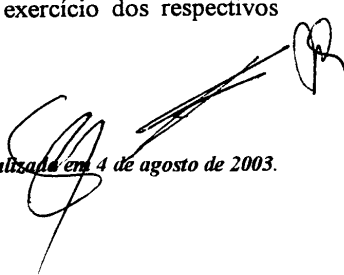
#### **SEÇÃO V DA DIRETORIA**

##### **ARTIGO 21**

A Diretoria é composta de até 05 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 01 (hum) Diretor-Presidente.

- § 1º. O prazo de gestão de cada Diretor será de 01 (hum) ano, permitida a recondução.
- § 2º. Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores.

*Telemar Participações S/A - ANEXO 1 da AGE realizada em 4 de agosto de 2003.*





- § 3º. Ocorrendo vaga no cargo de Diretor, poderá o Conselho de Administração designar substituto, cujo mandato expirará com os demais Diretores.
- § 4º. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de um terço, poderão ser eleitos para os cargos de Diretores, com exercício cumulativo de funções. Ocorrendo esta hipótese, ao Conselheiro-Diretor, caberá optar pela remuneração que fizer jus, como Conselheiro ou como administrador-executivo.
- § 5º. Em caso de ausência ou impedimento temporário, os Diretores substituir-se-ão, reciprocamente, por designação da Diretoria.

## **ARTIGO 22**

Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, o Estatuto e o Conselho de Administração lhe conferirem para a prática de atos, por mais especiais que sejam, necessários ao regular funcionamento da Companhia.

### **Parágrafo Único**

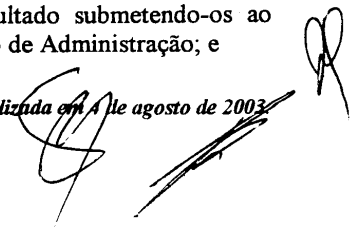
Ao Diretor-Presidente caberá: (i) coordenar todas as atividades da Companhia; (ii) supervisionar as atividades dos demais Diretores; (iii) presidir as reuniões de Diretoria, com voto de qualidade em caso de empate; (iv) representar a Companhia junto aos órgãos reguladores de mercados de capitais, conforme o disposto na Instrução nº 202/93 da Comissão de Valores Mobiliários; e (v) representar a Companhia nas assembléias gerais da TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.. Nos termos do art. 18, §2º, deste Estatuto, o Diretor-Presidente deverá apresentar ao presidente da assembléia da controlada a ata da reunião do Conselho de Administração que contiver a orientação do voto da Companhia.

## **ARTIGO 23**

A Diretoria, como órgão colegiado, exercerá as seguintes atribuições:

- I. estabelecer políticas específicas e diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pelo Conselho de Administração;
- II. elaborar o orçamento, a forma de sua execução e os planos gerais da Companhia, submetendo-os a aprovação do Conselho de Administração;
- III. apresentar ao Conselho de Administração as propostas de empresas controladas relativas às diretrizes gerais de organização, de desenvolvimento de mercado, e ao plano de investimentos e orçamento;
- IV. apresentar periodicamente ao Conselho de Administração a evolução geral dos negócios da Companhia;
- V. aprovar a agenda de propostas da Companhia e das controladas para negociação com o órgão regulador;
- VI. propor ao Conselho de Administração a alienação dos bens do ativo permanente da Companhia;
- VII. apresentar proposta ao Conselho de Administração do Regimento da Companhia com a respectiva estrutura organizacional;
- VIII. apreciar o Balanço Geral e demais demonstrações financeiras e o Relatório Anual da Companhia, bem como a proposta de destinação de resultado submetendo-os ao Conselho Fiscal, aos Auditores Independentes e ao Conselho de Administração; e

*Telemar Participações S/A - ANEXO 1 da AGE realizada em 1 de agosto de 2003*



- IX. deliberar sobre outros assuntos julgados como de competência coletiva da Diretoria, ou a ela atribuídos pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 24**

A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor-Presidente, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

**Parágrafo Único**

O quorum de instalação das reuniões de Diretoria é o da maioria dos membros em exercício, e as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião.

**ARTIGO 25**

A Companhia, observado o disposto no item (iv) do Parágrafo Único do art. 23 deste Estatuto, será representada ativa e passivamente, em quaisquer atos que criem obrigações ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia, por dois Diretores em conjunto, por um diretor e um procurador, nomeado na forma abaixo, ou por dois procuradores também nomeados, na forma abaixo, através mandato para prática do ato nele especificado.

**Parágrafo Único**

As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente, definindo nos respectivos instrumentos, de forma precisa e completa, os poderes outorgados e o prazo de mandato, que, à exceção das procurações outorgadas a advogados para representar a Companhia em processos administrativos ou judiciais, não poderá ultrapassar 01 (hum) ano ou o prazo de complementação de mandato, prevalecendo o que for menor. Além do prazo, as procurações "ad negotia" vedarão o substabelecimento.

#### **CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 26**

A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, o qual funcionará em caráter não permanente.

- § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembléia Geral que deliberar a instalação do órgão, a pedido de acionistas, com mandato até a primeira Assembléia Geral Ordinária que se realizar após a eleição.
- § 2º. Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembléia Geral, durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício das funções.
- § 3º. O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros.

*Telemar Participações S/A - ANEXO 1 da AGE realizada em 4 de agosto de 2003.*

## **CAPÍTULO V ACORDOS DE ACIONISTAS**

### **ARTIGO 27**

Os acordos de acionistas, devidamente registrados na sede da Companhia, que estabeleçam as condições de compra e venda de ações e o direito de voto, serão sempre observados pela Companhia.

### **Parágrafo Único**

As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de Registro da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembléia Geral deverá declarar a nulidade do voto proferido pelo acionista em contrariedade com os termos de tais acordos.

## **CAPÍTULO VI DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE A COMPANHIA, A TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A , SUAS CONTROLADAS E AS ACIONISTAS OU TERCEIROS**

### **ARTIGO 28**

As relações comerciais e negócios em geral entre as acionistas, suas coligadas, controladas e controladores e empresas sob o mesmo controle comum, e a Companhia e/ou TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A e suas controladas deverão sempre ser contratados tendo em vista, primordialmente, o interesse da Companhia e/ou da TELE NORTE LESTE e/ou de suas controladas e ser compatíveis com condições e práticas equitativas às de mercado, verificadas, à época da contratação de tais negócios, e sempre que ultrapassarem individualmente o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) deverão ser submetidos à aprovação prévia do Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO VII DO EXERCÍCIO SOCIAL**

### **ARTIGO 29**

O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

### **ARTIGO 30**

Juntamente com as demonstrações financeiras, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembléia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, na forma da legislação vigente.

### **ARTIGO 31**

Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

### **ARTIGO 32**

Do resultado do exercício, atendida a ordem legal, poderão ser deduzidos, ainda e facultativamente, os recursos fixados pela Diretoria e ratificados pelo Conselho de

*Telemar Participações S/A - ANEXO 1 da AGE realizada em 4 de agosto de 2003.*

Administração, como participação dos administradores nos lucros do exercício, atendidos os limites fixados em lei.

**ARTIGO 33**

Do lucro líquido do exercício, serão aplicados, antes de qualquer outra destinação: (i) 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento), ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, será obrigatoriamente distribuído como dividendo obrigatório a todos os acionistas.

**ARTIGO 34**

Sempre que a Companhia receber dividendos de TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A., o Conselho de Administração se reunirá para, observados os parâmetros constantes do art. 204 da Lei nº 6.404/76, deliberar sobre a distribuição de lucros em montante equivalente ao dos dividendos recebidos pela Companhia.

**ARTIGO 35**

Os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia.

**ARTIGO 36**

O Balanço Patrimonial e as demonstrações financeiras serão submetidos à Assembléia Geral pelo Conselho de Administração, à base dos elementos que lhe tiverem sido apresentados e propostos pela Diretoria.

**ARTIGO 37**

Ao Conselho de Administração fica facultada a declaração de dividendo à conta do lucro apurado em balanços semestrais.

- § 1º. A Companhia poderá levantar Balanço e distribuir dividendos em períodos trimestrais, desde que o total dos dividendos pagos a cada semestre do exercício não exceda o montante de suas reservas de capital.
- § 2º. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último Balanço anual ou semestral.

**ARTIGO 38**

Os órgãos da administração poderão pagar ou creditar juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei 9.249, de 26.12.1995 e legislação e regulamentação pertinentes, até o limite dos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, os quais serão pelo valor líquido do imposto de renda.

## CAPÍTULO VIII DA LIQUIDAÇÃO, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO

**ARTIGO 39**

A Companhia entra em liquidação, dissolução e extinção nos casos previstos em lei.

*Telemar Participações S/A - ANEXO 1 da AGE realizada em 4 de agosto de 2003.*

**Parágrafo Único**

O Conselho de Administração nomeará o liquidante, a Assembleia Geral determinará o modo de liquidação e elegerá o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período de liquidação.



Rio de Janeiro, 4 de agosto de 2003.



**Fersen Lamas Lambranh**  
Presidente



**Sérgio Bernstein**  
Secretário

	<b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b> Nome : TELEMAR PARTICIPACOES S/A Nire : 33.3.0016801-7 Protocolo : 00-2003/105528-5 - 14/08/2003 CERTIFICAMOS QUE ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DO REGISTRO Nº 00001340571 DE 15/08/2003 NÃO PODENDO SER UTILIZADO SEPARADAMENTE.  <b>Valéria G.M. Serra</b> SECRETÁRIA GERAL
---	--